

#### ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS

#### 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 00040/2020

OBJETO: Contratação de empresa para Contratação de empresa para realização dos serviços de Ampliação da Praça de Eventos - Espaço Cultural, no Município de Marizópolis/PB.

**EMPRESA GANHADORA:** CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA

Data Aditivo: 07/02/2022 Término Aditivo: 07/05/2022 Assunto: ADITIVO DE PRAZO Contrato nº: 0040/2020

Contratada: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - EPP.

Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS-

PB - CONTRATO DE REPASSE 1015919-21/2014 (808398)

Sr. Prefeito,

O Contrato nº 0040/2020 tem como objeto a CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS-PB - CONTRATO DE REPASSE 1015919-21/2014 (808398), a referida obra já está 100% concluída, mas, faz-se necessário a adição de prazo para que haja os pagamentos finais pendentes, onde o contrato da mesma ainda esteja vigente, portanto, apresentamos as razões:

- 1. Pagamento do aditivo de preço; e
- 2. Pagamento do realinhamento de preços do contrato.

Desta forma, solicitamos a Vossa Senhoria que acate este pedido e autorize o aditivo de 90 (noventa) dias, permanecendo o contrato em vigor até o dia 09/05/2022 (segunda-feira).

É nossa justificativa.

Marizópolis, 03 de fevereiro de 2022

Jeniffer A. Abontes JENIFFER ALEXANDRE ABRANTES

DIRETORA CPF: 088.777.214-56



CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - EPP

CNPJ: 17.490.708/0001-70

RUA SINERÔNIO NAZARE, 10. ANDAR 1. CENTRO - SOUSA/PB - CEP. 56800-240 licitacao@aleconstrucces.com.te





ASSUNTO: PARECER REFERENTE AO PEDIDO DE ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO: 0040/2020

CONTRATADA: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - EPP.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE

MARIZÓPOLIS- PB - CONTRATO DE REPASSE 1015919-21/2014 (808398)

Em resposta ao requerimento de aditivo Prazo, solicitado por parte da Empresa CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - EPP, por meio de análise da equipe técnica de engenharia da Prefeitura Municipal de Marizópolis – PB, pôde-se verificar que a obra foi concluída, considerando o pedido de prazo aprovado e o limite de 03 meses a partir da data de solicitação, apresentando as razões:

- 1. Pagamento do aditivo de preço; e
- 2. Pagamento do realinhamento de preços do contrato.

Marizópolis - PB, 04 de fevereiro de 2022.

José Kellson Lima Carolino ENGENHERO CIVIL CREA: 161871049-4

JOSE KELLSON LIMA CAROLINO
CREA/PB Nº: 161871049-4
ENGENHEIRO CIVIL





#### ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS

Exm° Prefeito,

Solicitamos que seja autorizada a realização do quarto Termo Aditivo ao Contrato N $^{\circ}$  040/2020, referente à Tomada de Preços n $^{\circ}$  001/2020, junto à empresa CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA, nos termos do Artigo 57 -  $\$1^{\circ}$  II da Lei \$.666/93 e alterações posteriores, conforme deferimento constante no Parecer da Procuradoria.

Certos de contarmos com a vossa autorização para darmos cumprimento ao objeto de nossa solicitação, indispensável ao atendimento do pedido do Secretario de Infra-Estrutura.

Marizópolis em 04 de fevereiro de 2022.

Respeitosamente,

Thales Almeida Ponce Leon
Secretário de Planejamento



REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 00001/2020

**REQUERENTE:** SECRETARIO DE PLANEJAMENTO

ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER TÉCNICO JURÍDICO

PARECER DE LICITAÇÃO

**EMENTA:** PEDIDO DE PARECER TÉCNICO JURÍDICO. PRORROGAÇÃO LICITATÓRIO. TOMADA DE PREÇO Nº 00001/2020. DEFERIMENTO.

Tratam os autos do Requerimento, datado do dia 03 de fevereiro 2022, encaminhado pelo Secretário Municipal de Planejamento, onde solicita a prorrogação por um prazo de 90 dias do contrato nº 0040/2020, celebrado no dia 07 de maio de 2020, entre a EMPRESA CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA-EPP e o MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS-PB, contrato oriundo do Edital Tomada de Preço nº 00001/2020, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA PRAÇA DE EVENTOS - ESPAÇO CULTURAL, NO MUNICÍPIO DE MARIZÓPOLIS-PB."

No caso em análise, verifica-se que o contrato se encontra válido, com vigência até o dia 07/02/2022, conforme se verifica no Termo de Aditamento de Contrato em anexo.

Consta nos autos do presente processo, parecer do Engenheiro Fiscal do Município, atestando a necessidade de prazo para pagamento do aditivo de preço e do pagamento do realinhamento de preços do contrato. O mesmo informa que a obra se encontra concluída, restando apenas a necessidade de realização dos referidos pagamentos.



Nesse sentido, cumpre-me analisar o pedido sob a égide do preceito normativo jurídico que rege a presente avença e, nesse diapasão, manifesto meu entendimento nos seguintes termos:

#### PRORROGAÇÃO

Primeiramente peço vênia para transcrever preceitos legais pertinentes que regulam a matéria contida em legislação referente ao tema.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

 II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.





§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

[...]

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

[...]

(Negritos Nossos)

Ressalta-se que o rol de hipóteses de prorrogação previsto na Lei (art. 57, § 1°, incisos I a VI) é taxativo e refere-se a situações em que o contratado não deu causa, como: a) alteração do projeto; b) fatos excepcionais; c) interrupção pela Administração; d) aumento de quantitativos; e) impedimentos da execução por atos de terceiros; e f) omissão da Administração em tomar providências.

Ademais, conforme se observa pelos dispositivos legais acima colacionados, especificamente em seu art. 57, §2°, "Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato".

Conforme parecer emitido pelo Engenheiro Fiscal do Município, o qual julgou pertinente a dilação de prazo solicitado pela empresa, a prorrogação do prazo se mostra necessário tendo em vista a necessidade de tempo suficiente para





pagamento do aditivo de preço e do pagamento do realinhamento de preços do contrato.

Ademais, analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor.

Diante do exposto, com base nos fundamentos de fato e direito retro declinados, o parecer OPINATIVO desta Procuradoria é pela POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO do contrato originário do Processo Licitatório Tomada de Preço nº 00001/2020, conforme sugerido pelo Engenheiro Fiscal responsável pelo acompanhamento da obra, e, ante a presença de todos os requisitos formais exigidos pela Lei nº 8.666/93.

É o parecer, s.m.j.

Marizópolis-PB, 04 de fevereiro de 2022.

Salme Pedrosa Calado

Procurador Geral do Município

OAB/PB nº 19.443



### ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS GABINETE DO PREFEITO

#### **AUTORIZAÇÃO**

Autorizo, a realização o quarto Termo Aditivo ao Contrato 00040/2020, na modalidade Tomada de Preços N° 001/2020, exigida pela legislação em vigor, junto à empresa CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA, destinada a:

Contratação de empresa para Contratação de empresa para realização dos serviços de Ampliação da Praça de Eventos - Espaço Cultural, no Município de Marizópolis/PB.

Marizópolis - PB, 04 de fevereiro de 2022.

LUCAS CONCALVES BRAGA

Prefeito



### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS

TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO N° 040/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS/PB E A EMPRESA CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA-ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS - Rua João Vicente de Almeida, SN - Edilson Alves - Marizópolis - PB, CNPJ nº 01.612.941/0001-49, neste ato representada pelo Prefeito Lucas Gonçalves Braga, Brasileiro, Casado, Arquiteto, residente e domiciliado na Rua João Vicente de Almeida, SN - Edilson Alves Silva - Marizópolis - PB, 009.910.544-66, Carteira de Identidade nº 2631985 SSP/PB, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - R SINFRONIO NAZARE, 10 - CENTRO - SOUSA - PB, CNPJ n° 17.490.708/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 040/2020, firmado em 07 de maio de 2020, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001/2020, tudo conformidade com a Lei n° 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 00040/2020, firmado em 07 de maio de 2020, oriundo do processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001/2020, por mais 90 (noventa) dias, a contar da data de encerramento do dia 07.05.2022.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de prorrogação se deve pela superveniência de fato excepcional durante a execução do serviço contratado, o que retardou o andamento da obra e impossibilitou a sua finalização dentro do cronograma inicial. Sendo assim, o

presente instrumento se fundamenta nas disposições do art. 57, § 1°, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Aditamento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município de Marizópolis - PB, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não foram alteradas por este Primeiro Termo de Aditamento.

Marizópolis/PB, 07 de fevereiro de 2022.

LUCAS GONCALVES BRAGA

PREFEITO CONSTITUCIONAL

CONTRATANTE

CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA

CNPJ n° 17.490.708/0001-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

CPF N°

CPF N°



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES

Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB) Telefone: (83) 3216-1440



# CERTIDÃO NEGATIVA FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 17.490.708/0001-70

Razão Social: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA

Nome Fantasia: ALX CONSTRUCOES E LOCACOES

Certidão emitida às 11:36 de 07/02/2022.

Validade 30 dias

- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
- O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
- 3. Esta certidão não tera validade para fins de instrução de processos judiciais.
- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
- 5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: SISCOM, SISCOMW, PJE1G.

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao e insira o código de validação: iCHJ.OHxy. Você pode também ler o codigo QR apresentado no cabeçalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

08999674000153

DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E FISCA

RUA CORONEL JOSÉ GOMES DE SÁ, 27, CENTRO, 58800050

Número 52026 Emissão 03/01/2022 17:11:11

CEDTIDAG	NIEC ATIVA	DE DEBITOS	BALLNILOIDAL
CERTIDAU	NEGALIVA	DE DEBITOS	MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

INSCRIÇÃO: 01070330134002

CNPJ/CPF: 17490708000170

NOME: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - E

ENDEREÇO: R SINFRONIO NAZARE, 10

COMPLEMENTO: 1° ANDAR

BAIRRO: CENTRO

CEP: 58800240

UF: PB QUADRA:

LOTE:

ORIGEM DA INSCRIÇÃO

CIDADE: SOUSA

CADASTRO ECONÔMICO

INSCRIÇÕES VINCULADAS

12415

**FINALIDADE** 

licitação

**OBSERVAÇÕES** 

ESTA CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS TEM FINALIDADE DE FAZER PROVAS JUNTO A ORGAOS PUBLICOS E EMPRESAS PRIVADAS

RESSALVADO O DIREITO DA SECRETARIA DE FINANÇAS COBRAR EVENTUAIS DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA QUE VIEREM A SER APURADAS MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PARA FINS DE PROVAS JUNTO A ORGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS PRIVADAS

VÁLIDA POR 90(NOVENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE EMISSÃO.

颸

AUTENTICIDADE: LIIDP141CAI520220103

INTERNET

DPCERTNV102013



#### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

17.490.708/0001-70

Razão Social: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA EP

RUA SINFRONIO NAZARE / CENTRO / SOUSA / PB / 58800-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/01/2022 a 12/02/2022

Certificação Número: 2022011405013176173859

Informação obtida em 14/01/2022 09:41:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Página 1 de 1



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 17.490.708/0001-70 Certidão n°: 31360286/2021

Expedição: 04/10/2021, às 15:28:17

Validade: 01/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **17.490.708/0001-70**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

### CERTIDÃO

CÓDIGO: ABFC.31F5.589E.8249

Emitida no dia 14/01/2022 às 09:44:49

Identificação do requerente: CNPJ/CPF: **17.490.708/0001-70** 

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão,** devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no àmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



### CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA

CNPJ: 17.490.708/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 07:57:11 do dia 07/10/2021 <hora e data de Brasília>. Válida até 05/04/2022.

Código de controle da certidão: A022.8BF9.5CCF.128C Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



#### ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS

#### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 00040/2020

Processo N°: 200110TP00001

Solicitante: Secretaria de Infra-Estrutura Modalidade: Tomada de Preço N° 001/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Mariz ópolis - PB.

Contratada: CONSTRUTORA E LOCADORA ALEXANDRE LTDA - CNPJ n° 17.490.708/0001-70 Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato n° 00040/2020, firmado em 07 de maio de 2020, oriundo do processo licitatório na modalidade Tomada de Preços n° 001/2020, por mais 90 (noventa) dias, a contar da data de encerramento do contrato original, até o dia

07.05.2022.

Data da Assinatura: 07 de fevereiro de 2022

LUCAS GONÇALVES BRAGA PREFEITO CONSTITUCIONAL



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS

1

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL № 004/JANEIRO DE 1997

EDIÇÃO EXTRA - 07/FEVEREIRO/2022



LUCAS GONÇALVES BRAGA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

FRANCISCO CÉSAR ROCHA SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

VINICIUS NITO NÓBREGA GOMES
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

segunda-feira 07 de fevereiro de 2022 Pg 2



Jornal Oficial do MUNICÍPIO



#### ESTADO DA PARAÍBA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZOPOLIS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 00040/2020

Processo N°: 200110TP00001

Solicitante: Secretaria de Infra-Estrutura Modalidade: Tomada de Preço N° 001/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Mariz

ópolis - PB.

Contratada: CONSTRUTORA E LOCADORA

ALEXANDRE LTDA - CNPJ n° 17.490.708/0001-

70

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 00040/2020, firmado em 07 de maio de 2020, oriundo do processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001/2020, por mais 90 (noventa) dias, a contar da data de encerramento do contrato original, até o dia 07.05.2022.

Data da Assinatura: 07 de fevereiro de 2022

LUCAS GONÇALVES BRAGA

PREFEITO CONSTITUCIONAL